PREGÃO ELETRÔNICO N° 077/2025
PROCESSO N° 9973/2025

O **MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA** torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 do tipo MENOR PREÇO GLOBAL,** onde a sessão será conduzido(a) pelo(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados através da Portaria Geral nº 6.141, de 04 de janeiro de 2024, a licitação e consequente contratação serão regidas pelo Decreto Municipal Nº 6.545/2023 e pela Lei Complementar Nº 123/2006 atualizada pela Lei Nº 147/2014, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal Nº 14.133/2021, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos, além de demais legislações correlatas.

A aquisição visa atender a solicitação da **SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSITO.**

1. OBJETO

1.1. O presente certame tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE 3 (TRÊS) EQUIPAMENTOS DE PINTURA PARA DEMARCAÇÃO/SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, COM MONTAGEM DO EQUIPAMENTO SOBRE OS CAMINHÕES DE PEQUENO PORTE, ADQUIRIDOS PELO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA –** SP, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, **ANEXO II** deste Edital**.**

1.2. Faz parte do Edital os seguintes anexos:

I. Minuta de Contrato;
II. Termo de Referência
III. Estudo Técnico Preliminar
IV. Proposta Comercial com Descritivo dos Itens;

1.3. O **Edital e seus Anexos** poderão ser obtidos no *site* oficial da Prefeitura - **http://www.pindamonhangaba.sp.gov.br**, link licitações, bem como no endereço eletrônico: **www.licitardigital.com.br**, para ciência de todos os interessados.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão Eletrônico (recebimento das propostas, abertura e disputa de preços) será realizado em sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico/*internet*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) do Licitar Digital, disponível em **www.licitardigital.com.br**, conforme datas e horários definidos abaixo:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as **07h59min do dia 02/07/2025.**

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA DE PREÇOS: dia **02/07/2025 a partir das 08h00min** após a avaliação das propostas pelo(a) Pregoeiro(a).

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a credenciamento, cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da etapa de lances.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **LICITAR DIGITAL** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará à Licitar Digital, provedor do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras, regularmente estabelecida no País**,** que sejam especializadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e sejam detentoras de senha para participar de procedimentos eletrônicos junto à Licitar Digital, e que estejam com Credenciamento regular no portal de licitações

4.2. O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site do Licitar Digital – **www.licitardigital.com.br**, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.

4.3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital.

4.4. Além das vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei Federal nº 14.133/21, não será permitida a participação de empresas:

4.4.1. Proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.4. Empresas que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação;

4.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.4.6. Empresa da qual servidor do Município de Pindamonhangaba seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

4.4.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si

4.4.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.9 Autor do anteprojeto ou do projeto básico, pessoa física ou jurídica;

4.4.10 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

4.4.11 Pessoas físicas ou jurídicas com impedimento de licitar ou contratar com o Município de Pindamonhangaba, nos termos dos § 4º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame;

4.4.12 Pessoas físicas ou jurídicas com impedimento de licitar ou contratar por qualquer órgão da Administração Pública conforme § 5º do artigo 156 da Lei Federal 14.133/21. Se a punição vier a ocorrer durante o andamento desse processo, esta Administração, assegurado o direito à ampla defesa, poderá excluir a empresa do certame;

4.4.13 O impedimento de que trata os itens 4.4.11 e 4.4.12 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.4.14 A idoneidade dos participantes deverá ser consultada nos seguintes cadastros por meio do link (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/):

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords;

d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do link: https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados

4.5 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, se for o caso;

a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

b) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) Que sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;

e) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da licitação e demais exigências contidas na Lei 14.133/2021;

f) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

g) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;

h) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que estipular;

i) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

j) Que a proposta foi elaborada de forma independente e que compreende todas e quaisquer despesas operacionais, tais como frete, encargos sociais e previdenciários, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado e outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto licitado, como a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data da entrega desta proposta;

k) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

l) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

m) Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

n) A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.7 DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS E DOS CONSÓRCIOS

4.7.1 Estão impedidas de participar do presente certame as empresas que se apresentarem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão de obra e nos casos previstos no § 1º do artigo 23 do Decreto Municipal nº 6.545 de 28 de dezembro de 2023.

4.7.2 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

4.7.2.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

4.7.2.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

4.7.2.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas. O objeto deve ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados;

4.7.2.4 A participação de cooperativa cujo estatuto e objeto social preveja ou esteja de acordo com o objeto deste edital.

4.8 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.8.1 Os consórcios poderão ser formados por até 05 (cinco) empresas.

4.8.2 Para a participação sob forma de consórcio, deverá ser apresentado o respectivo ato constitutivo ou compromisso formal de sua constituição, por instrumento público ou particular, subscrito pelas

consorciadas. Neste documento devem constar, com clareza e precisão, os compromissos destas empresas entre si, em relação ao objeto da licitação e em relação ao prazo de duração da contratação

4.8.2.1 O instrumento de compromisso público ou particular de constituição do consórcio deverá, obrigatoriamente, ser subscrito pelos consorciados, sob pena de inabilitação, bem como assinalar as respectivas proporções (percentual) de participação das empresas consorciadas e:

a) Indicar o líder e conferir-lhe amplos poderes para representar as consorciadas, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante o processo licitatório;

b) Estipular que a empresa líder do consórcio representará, com exclusividade, as demais empresas consorciadas no decorrer da licitação, responsabilizando-se sob os aspectos técnicos e administrativos, podendo, inclusive, assumir obrigações pelas demais, sem prejuízo da responsabilidade solidária das empresas consorciadas;

c) As empresas consorciadas serão responsáveis solidariamente pelos atos praticados em consórcio durante fase de licitação e também durante a execução do respectivo contrato, nesta última hipótese em regime de solidariedade com a empresa Concessionária a ser constituída pelos membros do consórcio.

4.8.3 São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio:

a) Ser empresa nacional;

b)Ter poderes expressos para receber citações, intimações e responder administrativa ou judicialmente pelas demais consorciadas; e,

c)Ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo, inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar contratos e praticar todos os atos necessários, visando à perfeita execução de seu objeto.

4.8.4 Cada empresa participante terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação definida por esse Edital e seus Anexos.

4.8.4.1 Para efeito de habilitação técnica, com relação à comprovação da qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, será admitida a somatória dos quantitativos de cada consorciado.

4.8.4.2 Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado, sendo que para o atendimento ao montante mínimo exigido no capital social mínimo, quando for o caso, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento). O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.5 O Licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.

4.8.6 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio, no processo licitatório que originou o contrato.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) conduzir a sessão pública;

b) receber, examinar e decidir os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, bem como encaminhar as impugnações para análise e decisão da Autoridade Superior.

c) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

d) coordenar a sessão pública e o envio de lances;

e) verificar e julgar as condições de habilitação;

f) sanear erros ou falhas que não alterem a substancia das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, bem como determinar diligencias, quando necessário;

g) receber, examinar os recursos e encaminha-los à autoridade superior para decisão.

h) classificar as empresas após a fase de disputa e habilitação;

i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

j) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor sua adjudicação e homologação.

k) O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

l) Quando o pregoeiro utilizar-se de assessoramento técnico e especifico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, deverá juntar o parecer formal que integrará o respectivo processo.

DO CREDENCIAMENTO E CADASTRO DAS PROPOSTAS

5.2. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico **www.licitardigital.com.br**.

5.3. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat, disponíveis no endereço eletrônico **www.licitardigital.com.br**.

5.3.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema do **Licitar Digital** poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento do **Licitar Digital**, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site **www.licitardigital.com.br**.

5.4. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no sítio **www.licitardigital.com.br**.

5.4.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou outro pretexto.

5.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente decorrida 24 (vinte e quatro) horas, após a comunicação do fato aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

5.10. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

5.11. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal **www.licitardigital.com.br** ou **www.pindamonhangaba.sp.gov.br**, link licitações, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.2. As propostas encaminhadas terão prazo de **validade de 60 (sessenta)** dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

6.2.1. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

6.2.1.1. Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

6.2.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **VALOR UNITÁRIO**.

6.2.1.3. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com o número de casas decimais disposto no sistema eletrônico.**

6.2.1.4 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

6.3. A proposta de preço deverá ser enviada mediante digitação no sistema eletrônico, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema.

6.3.1. No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar:

6.3.1.1 Valor unitário e total para cada item;

6.3.1.2 Marca de cada item ofertado, sob pena de desclassificação;

6.3.1.3 Fabricante de cada item ofertado;

6.3.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.4. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações de Marca e inserir Ficha Técnica, sempre que solicitadas pelo pregoeiro quando do cadastramento do edital na plataforma, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio.

6.5 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.6. O Licitante deverá informar a descrição completa do objeto ofertado; a não inserção das especificações, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para análise e classificação da proposta;

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até o encerramento do cadastro de propostas.

6.8 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.9. Na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o julgamento da proposta.

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.11. Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação**.**

6.12. Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

6.13 O operador credenciado deverá verificar a condição de enquadramento da empresa, nos termos da LCF 123/06 (ME/EPP), devendo informar em campo próprio da plataforma.

6.14 O licitante que não informar sua condição de enquadramento, antes do envio da proposta, perderá o direito ao tratamento diferenciado previsto na LCF 123/06

7. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES:

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

7.1.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2.1 Será desclassificada a proposta que identificar o licitante através da razão social, endereço, telefone ou qualquer outra informação da empresa.

7.1.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.5 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 100,00 (CEM REAIS).**

7.8. Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

7.10. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários itens da mesma licitação.

7.11. Em regra, a disputa simultânea de itens obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de itens selecionados fora da ordem sequencial.

DA DISPUTA

7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o seguinte modo de Disputa, de acordo com o estabelecido no portal:

I - Aberto. Com lances com redução mínima de R$ 100,00 (cem reais) em relação ao menor lance.

7.12.1. ABERTO:

7.12.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.1.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.12.1.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.12.1.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.13 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes do certame, publicada no **http://www.licitardigital.com.br**, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Assim que a etapa de lances for finalizada e o sistema detectar um empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006 a ferramenta inicia a aplicação automática do desempate em favor ME/EPP/MEI, conforme procedimento detalhado no Edital.

7.14. O Sistema eletrônico informará as propostas de menor preço de cada participante imediatamente após o encerramento da etapa de lances.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **"MENOR PREÇO GLOBAL".**

8.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.2.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.3. Fica estabelecido o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, documentos de habilitação e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput, sob pena de Inabilitação.

8.3.1 Conforme Art. 155, da Lei 14.133/2021, caso a licitante não envie a documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

8.3.1.1 A multa de que trata o item 8.3.1, se dará mediante processo administrativo sancionatório, assegurado contraditório e a ampla defesa.

8.3.2 As propostas assinadas por procuração deverão vir acompanhadas do respectivo instrumento;

8.3.3 Quando se tratar de critério de julgamento por lote ou menor preço global, havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados (valores unitários finais acima de qualquer dos valores propostos ou acima dos valores unitários estimados).

8.4. Será desclassificada a proposta que:

8.4.1. Que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

8.4.2. Apresentar preços excessivos, considerando os valores estimados.

8.4.3. Não apresentarem marca e modelo para todos os itens cotados, quando for o caso;

8.4.4. Não se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso.

8.4.5. Que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.4.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

8.4.5.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4.5.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio

eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.7. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos nos EDITAL, a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

8.8. A inobservância aos prazos elencados no EDITAL, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante com a consequente desclassificação no certame e sujeita às penalidades cabíveis.

8.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.10. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

8.11 Após a aplicação do que é disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e, havendo empate entre as propostas após a disputa de lances, serão aplicadas as disposições do artigo 60 da Lei 14.133/2021. Persistindo o empate, um sorteio será realizado por meio do sistema eletrônico

8.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, serão analisados os documentos de habilitação.

8.13. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, inclusive as exigências de habilitação, os autos serão encaminhados para adjudicação e homologação pela Autoridade Superior.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.1.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO NA PLATAFORMA LICITAR DIGITAL, E AINDA NOS SEGUINTES CADASTROS:

9.1.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0;

9.1.1.4 Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, através do link: https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados;

9.1.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.1.7. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.4 No caso de inabilitação ou desclassificação haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

a) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

b) Na hipótese de não constar prazo de validade das certidões apresentadas, esta PREFEITURA aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

c) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c1) Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos;

d) O pregoeiro poderá diligenciar efetuando consulta na internet ou nos arquivos próprios do Munícipio, visando confirmar as informações ou a manutenção da regularidade da empresa.

e) O Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta na internet nos sites dos órgãos expedidores para verificar a veracidade dos documentos obtidos por meio eletrônico.

f) Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
g) Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
g.1) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e,
g.2) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data limite estabelecida neste edital de recebimento das propostas
h) Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
i) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

i.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

i.2) Conforme Art. 155, da Lei 14.133/2021, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial e demais sanções previstas neste edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

i.3) A multa de que trata o item i.2, se dará mediante processo administrativo sancionatório, assegurado

contraditório e a ampla defesa.

j) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado.

k) Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

9.6. DA FORMA DE ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.6.1 Será aberto prazo de **02 (duas) horas**, para o envio de documentos de habilitação e/ou documentos complementares, via sistema, sob pena de inabilitação.

9.6.1.1 Os documentos devem ser inseridos na **plataforma LICITAR DIGITAL.**

9.6.2 Os documentos deverão encaminhados em original, por processo de cópia autenticada por cartório ou órgão competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal**.**

9.6.2.1 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumir-se-ão verdadeiros em relação aos signatários, dispensando o envio de documentos originais e copias autenticadas em papel.

9.6.2.2 Caso os documentos não sejam encaminhados na forma do item 9.6.2, ou seja, encaminhados em cópia simples, os mesmos deverão ser apresentados ou encaminhados em original, cópia autenticada por cartório, publicados em órgão da imprensa oficial, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, para o Depto de Licitações e Contratos, localizado na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, 1400 – Alto do Cardoso – Cep 12420-010 – Pindamonhangaba/SP, das 08h as 12h e das 13h as 17hs, em até 03 (três) dias uteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.

9.6.2.2.1 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

9.6.2.2.2 Conforme Art. 155, da Lei 14.133/2021, a não apresentação da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.6.2.2.3 A multa de que trata o item anterior, se dará mediante processo administrativo sancionatório, assegurado contraditório e a ampla defesa.

9.6.3 A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

9.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da etapa de disputa de lances.

9.8. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos, acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

9.9. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto Ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

g) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

i) Empresas consorciadas, deverão apresentar juntamente com o documento solicitado na alínea "c" comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, conforme artigo 15, inciso I da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações.

9.9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de **Inscrição Estadual** pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado;
c) Prova de regularidade para com as Fazendas **Federal e Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

c.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a **Tributos Federais** (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

c.2) Certidão Negativa de Débitos ou Positiva de débitos com Efeitos de Negativa com a(s) **Fazenda(s) Estadual**, emitida por meio de unidade administrativa competente da sede ou do domicílio da licitante;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa.

§ 1º Considera-se positiva com efeitos de Negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

f) As empresas consorciadas, deverão apresentar toda a documentação relacionada à regularidade fiscal e trabalhista.

9.9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

b) As empresas consorciadas, deverão apresentar toda a documentação referente à qualificação econômico-financeira.

9.9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.9.4.1 A empresa deverá apresentar no momento da habilitação:

a) Proposta acompanhada dos Catálogos, Folders, Manuais do fabricante do equipamento ofertado, para verificação e comprovação de atendimento às especificações técnicas solicitadas, conforme "item 03" Termo de Referência – Anexo II, considerando que sua não apresentação será objeto de desclassificação;

b) Declaração da empresa: Que sendo vencedora do certame apresentará em até 48 (quarenta e oito) horas os documentos elencados no "item 08" do Termo de Referência – Anexo – II.

9.9.4.2 A empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os seguintes documentos:

a) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de domínio público comprovando que o licitante realizou fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado;
b) Apresentar comprovação de disponibilidade de engenheiro mecânico regularmente inscrito no CREA pertinente a engenharia mecânica mediante certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de regularidade perante o órgão, com vínculo comprovado mediante apresentação de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social com o fabricante;
c) Apresentar homologação de empresa e certificação (Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito– CAT 145) para Carroceria Aberta/ Mecânismo Operacional;
d) Apresentar CCT (Certificado de Capacitação técnica) com data vigente.

10. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. O tratamento diferenciado conferido às empresas de pequeno porte e às microempresas de que tratam a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá seguir o procedimento descrito a seguir:

10.1.1. Os licitantes deverão indicar no sistema eletrônico de licitações, antes do encaminhamento da proposta eletrônica de preços, a sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.1.1. O licitante que não informar sua condição antes do envio das propostas perderá o direito ao tratamento diferenciado.

10.1.2. Ao final da sessão pública de disputa de lances, o sistema eletrônico detectará automaticamente as situações de empate a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

10.1.2.1. Considera-se empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, quando esta for proposta de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.2.2. Não ocorre empate quando a detentora da proposta mais bem classificada possuir a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, o pregoeiro convocará a arrematante a apresentar os documentos de habilitação, na forma estabelecida neste edital.

10.1.3. Caso ocorra a situação de empate descrita no item 10.1.2.1, o pregoeiro convocará o representante da empresa de pequeno porte ou da microempresa mais bem classificada, imediatamente e por meio do sistema eletrônico, a ofertar lance inferior ao menor lance registrado para o lote no prazo de cinco minutos.

10.1.3.1. Caso a licitante convocada não apresente lance inferior ao menor valor registrado no prazo acima indicado, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que porventura possuam lances ou propostas na situação do item 10.1.2.1 deverão ser convocadas, na ordem de classificação, a ofertar lances inferiores à menor proposta.

10.1.3.2. O não oferecimento de lances no prazo específico destinado a cada licitante produz a preclusão do direito de apresentá-los. Os lances apresentados em momento inadequado, antes do início do prazo específico ou após o seu término serão considerados inválidos.

10.1.4. Caso a proposta inicialmente mais bem classificada, de licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, seja desclassificada pelo pregoeiro, por desatendimento ao edital, essa proposta não é mais considerada como parâmetro para o efeito do empate de que trata esta cláusula.

10.1.4.1. Para o efeito do empate, no caso da desclassificação de que trata o item anterior, a melhor proposta passa a ser a da próxima licitante não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, observado o previsto no item 10.1.2.2.

10.1.4.2. No caso de o sistema eletrônico não convocar automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte, o pregoeiro o fará através do "chat de mensagens".

10.1.4.3. A partir da convocação de que trata o item 10.1.4.2, a microempresa, empresa de pequeno porte, terá **05 (cinco) minutos** para oferecer proposta inferior à então mais bem classificada, através do "chat de mensagens", sob pena de preclusão de seu direito.

10.1.4.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte exercite o seu direito de apresentar proposta inferior a mais bem classificada, terá, a partir da apresentação desta no "chat de mensagens", conforme estabelece este edital para encaminhar a documentação de habilitação e proposta de preços,

10.1.5. O julgamento da habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, obedecerá aos critérios gerais definidos neste edital, observadas as particularidades de cada pessoa jurídica.

11. DOS RECURSOS

11.1. Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor manifestação de intenção de recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema **www.licitardigital.com.br**, no prazo de 10 (dez) minutos, **sob pena de preclusão;**

11.2. O recorrente terá, após manifestada sua intenção, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, que será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. A falta de manifestação de intenção de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

11.4. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

11.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

11.7. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:
12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso, análise de documentos complementares e amostras, que levem à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, não apresentar os documentos na forma exigida no item 9.6.2 ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
12.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e publicação do Diário Oficial do Município.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO

13.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade, a habilitação do licitante vencedor e exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório, será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à AUTORIDADE SUPERIOR para adjudicação e homologação do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021**.**

13.2 Serão permitidas a adjudicação e homologação parcial do procedimento licitatório**.**

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrado a Termo de Contrato com o licitante vencedor. Convocado, o licitante vencedor terá prazo de 05 (cinco) dias uteis para assinatura da mesma.

14.1.1. A empresa deverá assinar a Termo de Contrato, por via digital, na plataforma de protocolos e documentos digitais deste Município, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação que será efetivada via e-mail, informado pela participante.

14.1.2 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em assinatura do contrato, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, serão convocadas as demais empresas conforme ordem de classificação, obedecida às exigências de habilitação deste edital

14.1.3. Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou receber a autorização de fornecimento e a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, respeitado o contraditório.

14.1.4 O prazo estabelecido no edital para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado, desde que o motivo seja aceito pela autoridade indicada no artigo 8º do Decreto Municipal 6.545/2023.

14.2 O prazo de vigência do contrato será de 12 (Doze) meses e poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
14.2.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado e/ou proposta.
14.2.2 Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses, o valor poderá ser reajustado, com base no índice IPC-FIPE.
14.2.3 A aplicação de índice previsto no contrato poderá ser formalizada por apostilamento, não configurando alteração do contrato.
14.2.3 As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 14.133/2021.
14.2.4 A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência desta Prefeitura não gerará a empresa contratada direito a qualquer espécie de indenização.
14.2.5 Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, inciso II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3 Poderá a licitante ser desclassificada até a contratação, se o Município de Pindamonhangaba tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
14.4. Para assinatura do Termo de Contrato será verificado as condições referente a regularidade fiscal.

14.5. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.
14.6 A extinção do presente Termo de Contrato poderá ocorrer nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.
14.7 A fiscalização e gestão contratual estão dispostas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

15. DA ENTREGA DOS PRODUTOS

15.1. A entrega do produto deverá ser feita nos endereços indicados no Termo de Referência. Após esse horário o responsável deverá ser consultado para autorizar o recebimento.

15.2. Os objetos desta licitação deverão ser entregues no prazo expresso no termo de referência, contado a partir da data do recebimento da autorização de fornecimento/serviço, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos;

15.2.1. A entrega dos produtos poderá ser parcelada, conforme indicação no Termo de Referência.

15.3. A empresa obriga-se a fornecer o produto conforme especificações e condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo as especificações estabelecidas no edital.

15.4. Havendo rejeição dos produtos, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela prefeitura, observando as condições estabelecidas no edital.

15.5. Na impossibilidade de serem refeitas as entregas, ou na hipótese de não serem os mesmos entregues, o valor respectivo será descontado da importância devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.6. O fornecimento do material ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária;

15.7. O recebimento dos itens pela PREFEITURA dar-se-á nos moldes do artigo 140 da Lei 14.133/2021**,** conforme segue:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no termo de contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16. DO PAGAMENTO DOS PRODUTOS

16.1. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor (es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos contados da apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Setor responsável pelo recebimento do(a) Sigla do Órgão. A contratante somente pagará a contratada pelos produtos que realmente forem pedidos e entregues

16.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, perante o FGTS – CRF e Certidão negativa de débitos trabalhistas.

16.2.1. Para as empresas com sede no Município de Pindamonhangaba, também será exigida a certidão negativa de débitos municipais (débitos mobiliários).

16.3. O pagamento será efetuado através de Pagamento Instantâneo - PIX, no formato CNPJ, para a Pessoa Jurídica, cujos dados deverão ser informados na Proposta Comercial;

16.3.1. O Pagamento Instantâneo - PIX consistirá em comprovante de quitação pela PREFEITURA, de sua obrigação assumida com a empresa vencedora da licitação;

16.4. A Administração Municipal poderá proceder à retenção de impostos federais e municipais conforme legislação vigente.

16.5 Na existência de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I=(TX/100)
365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso

17. DA DOTAÇÃO

17.1. A despesa prevista para a execução desta contratação correrá pela classificação orçamentária: **Ficha: 1253 – Dotação: 01.20.60 | 26.782.0016.2105 |93 |4.4.90.52.99|410.0000; Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (recurso próprio).**

18. DAS SANÇÕES

18.1. Acarretará à CONTRATADA que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, descumprir parcial ou total o objeto do contrato oriundo desta licitação, bem como quaisquer outras obrigações definidas neste instrumento, após regular processo administrativo, com direito à ampla defesa e ao contraditório, a incidência das seguintes sanções:

18.1.1. O licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou documento equivalente estará sujeito às seguintes penalidades:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a MUNICÌPIO DE PINDAMONHANGABA, pelo prazo de 2 (dois) anos; e

b) Multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da adjudicação.

18.1.2. Havendo irregularidades na execução do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita à rescisão do contrato e às penalidades de acordo com os seguintes critérios:

a) Pelo atraso no início da execução da obrigação: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso, com multa em dobro no caso de reincidência;

b) Pela inexecução parcial do contrato: multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor restante do contrato;

c) Pela inexecução total do contrato: multa equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou Autorização de Fornecimento;

18.1.3 No caso de reincidência de irregularidades na execução do objeto por 03 (três) vezes ou mais, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato firmado, ficando caracterizada inexecução parcial do objeto.

18.1.4 Qualquer outra infração a quaisquer cláusulas ou condições previstas neste contrato, ensejará advertência escrita e multa correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato ou Autorização de Fornecimento.

18.1.5 As multas que forem aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos efetuados à CONTRATADA. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que a CONTRATANTE determinar, sob pena de sujeição à cobrança judicial.

18.1.6 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada;

18.1.7 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

19. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento, **EXCLUSIVAMENTE** no endereço eletrônico **www.licitardigital.com.br**.

19.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada na plataforma LICITAR DIGITAL no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.1.2 Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

19.1.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.1.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.1.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.1.6 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio **www.licitargital.com.br**, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.1.7 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

19.2. Os esclarecimentos serão disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

19.3. Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no sítio da **www.licitardigital.com.br**.

19.4. A entrega da proposta sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

19.5. Todas as respostas do Pregoeiro às impugnações e recursos, porventura interpostos, estarão à disposição dos interessados no próprio Site.

19.6. A participação da licitante na presente licitação implica na sua concordância a todas as condições e termos estabelecidos neste Edital e anexos;

19.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da sua participação nesta licitação tais como a elaboração e encaminhamento de suas propostas e dos documentos exigidos neste Edital;

19.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos;

19.10. Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão;

19.11. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do processo no endereço eletrônico;

19.12. É facultada ao Pregoeiro(a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência com a suspensão da sessão, se for o caso, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

19.13. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis

19.14. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

19.15. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.16. As comunicações referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação nos meios oficiais de publicações do Município de Pindamonhangaba.

19.17. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

19.18. Fica reservado à MUNICÌPIO DE PINDAMONHANGABA, responsável pelo pregão, o direito de:

a) Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, ou anular o procedimento quando constatada ilegalidade no seu processamento;

b) Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de proposta, na forma da legislação vigente. Não haverá obrigatoriedade de reabertura dos prazos quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;

c) Adiar o recebimento das propostas, divulgando mediante aviso público, a nova data.

20. DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Pindamonhangaba para dirimir qualquer controvérsia oriunda da presente licitação que não puder ser resolvida de comum acordo entre as partes.

Pindamonhangaba, 11 de junho de 2025.

ALCINEU MONT SERRATO DE SOUZA JÚNIOR
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

ANEXO I

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº 2024

AQUISIÇÃO DE XXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PINDAMONHANGABA E A EMPRESA XXX

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA,** pessoa jurídica de direito público, com sede nessa cidade, na Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.226.214/0001-19, neste ato representada pela(o) sua(eu) Secretária(o) Municipal de xxxxxxxxx, Sra(o). **xxxxxx**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora(o) da cédula de identidade nº xxxx, e do CPF/MF nº xxxx, residente e domiciliada(o) na cidade de xxxxx, na Av/Rua xxxxx, Bairro xxxxx, doravante simplesmente designada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa xxxxx, pessoa jurídica de direito privado legalmente constituída, com sede na cidade de xxxxx, na Av/Rua xxxxx, nº xx, bairro xxxxxx, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxx, neste ato representada por xxxxxx Sr. **xxxxxxxxxxxxx**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade nº xxxxxx, inscrito no CPF/MF sob nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxx, xxx, Bairro xxxx, xxxxx/xx, doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, nesta e na melhor forma de direito, firmam o presente contrato, nos termos expressos do edital licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024 (PMP Nº XXX/2024)**, ao amparo do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e artigo 55, inciso I do Decreto Municipal 6.545/2023, não podendo daquele se desvincular, sob nenhum pretexto, com as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Conforme detalhado na solicitação de compra nº **XXXX/2024** de **XX/XX/2024**, o presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE XXX.**

1.2. Considera-se integrante do presente contrato, como se nele estivesse transcrito, o documento a seguir relacionado, o qual, nesse ato, as partes declaram conhecer e aceitar: a respectiva proposta elaborada e apresentada pela CONTRATADA, Termo de Referência e eventuais anexos dos documentos supra citados.

1.3. A critério exclusivo da CONTRATANTE, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) das quantidades acima ajustadas, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento.

1.4. Reduções maiores do que 25% (vinte e cinco por cento) somente serão aceitas se decorrentes de acordo celebrado entre as partes.

1.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de aditivo, conforme situações previstas no artigo 136 da Lei 14.133/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1 Os bens deverão ser fornecidos nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência que integra o presente contrato para todos os fins.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. O objeto desse contrato somente será recebido, nos termos do art. 154, inciso II do Decreto Municipal nº 6.545/2023 se estiver plenamente de acordo com as especificações constantes dos documentos citados no item 1.2.
3.2. A CONTRATADA obriga-se a trocar, às suas expensas, desde que mediante incontestável prova documental do não cumprimento do seu programa mensal, hipótese em que não ocorrerá o pagamento enquanto não for satisfeito o objeto do contrato.
3.3. A entrega será realizada conforme programação da CONTRATANTE.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, DOS RECURSOS E DO PAGAMENTO

4.1. O valor total do presente contrato é de **R$ xxxx (xxxxx).**
4.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
4.2. O presente contrato onerará o recurso reservado no elemento de despesa do orçamento da CONTRATANTE na dotação nº xxxxx, empenho nº xxx/2023,
Ficha(s) XXX
SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXX (RECURSO XXXX).
4.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias úteis pela CONTRATANTE com a apresentação pela CONTRATADA da competente documentação fiscal devidamente atestada pela Secretaria Gestora.
4.4. Havendo divergência ou erro na emissão do documento fiscal, fica interrompido o prazo para pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização dessa documentação.
4.5. Transcorrido o prazo para pagamento, o mesmo será efetivado pela Tesouraria na forma eletrônica. Não serão aceitas cobranças através da rede bancária - única e exclusivamente *em carteira*.
4.6. Na existência de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

I=(TX/100)
365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso

5. CLÁUSULA QUINTA - PRAZOS DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. A vigência do contrato será de **XX (XXXX) meses**, contados a partir da data da autorização de fornecimento, uma vez assinado este termo de contrato, conforme item 14.2 do edital.
5.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a prévia justificativa da autoridade competente.
5.3. O valor deste instrumento poderá ser reajustado e, para tanto, será utilizado o IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor medido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) acumulado de doze meses, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.3.1. Para a data do orçamento estimado, será considerada a data de fechamento do relatório de pesquisa de preço.
5.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
5.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a Contratante pagará a Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
5.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
5.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
5.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
5.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1. Somente será concedido reequilíbrio econômico-financeiro se configurada e comprovada a hipótese prevista no art.124, inciso II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.
6.2. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos deverão ser apresentados à Administração Pública Municipal conforme artigo 151 e parágrafos do Decreto Municipal nº 6.545/2023, observado o disposto no artigo 124, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. DA CONTRATADA:
7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.
7.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
7.1.3. Promover a guarda, manutenção e a vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do objeto durante a vigência do contrato.
7.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório.
7.1.5. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, da infortunística do trabalho, fiscais, comerciais e outros resultantes da execução desse contrato. A inadimplência da CONTRATADA, com referência a estes encargos, não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.
7.1.6. Fazer prova, antes da quitação de cada fatura, da regularidade para com o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social mediante a apresentação de CND - Certidão Negativa de Débito em vigor, bem como perante o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, nos mesmos moldes.
7.1.7. Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venha a causar e/ou causados pelos seus empregados ou preposto, ao CONTRATANTE ou a terceiros.
7.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).
7.1.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

7.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, II, "d", da Lei Federal 14.133/2021.
7.1.11. Demais obrigações estão definidas no Termo de Referência.

7.2. **DA CONTRATANTE**:
7.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital, Termo de Referência e seus anexos;
7.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
7.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.2.4. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato, no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
7.2.5. Aplicar à Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização da Contratante;
7.2.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato.
7.2.7. Efetivar a satisfação do crédito da CONTRATADA, nos precisos termos dispostos neste instrumento.
7.2.8. Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA, pertinentes ao objeto do presente pacto.
7.2.9. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada na execução do objeto, utilizando-se da forma escrita, para que esta possa tomar as medidas necessárias.
7.2.10. Zelar pelo conteúdo dos produtos contratados, não transferindo acesso ou divulgando seu conteúdo a terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATADA.
7.2.11. Notificar à CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre a intenção de aplicação de multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
7.2.12. Demais obrigações estão definidas no Termo de Referência.

7.3. **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES QUANTO AOS DADOS PESSOAIS:**
7.3.1. Ficam as partes comprometidas em proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, garantindo que:
7.3.1.1. Os dados pessoais tratados tomaram por base a legislação vigente sobre proteção de dados, nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
7.3.1.2. Os dados tratados ficam limitados às atividades necessárias para atingir a finalidade de execução, ressalvado o tratamento para operação da CONTRATADA.
7.3.1.3. Os dados coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato e operações da CONTRATADA, e poderão ser compartilhados com terceiros quando necessário à própria prestação do serviço, sendo que, netes casos, será exigido do terceiro o compromisso com a privacidade e proteção dos dados compartilhados;
7.3.1.4. Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso, sendo vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, ressalvada a hipótese da alínea "3";
7.3.1.5. Os dados sensíveis só podem ser tratados nas hipóteses do art. 11 da LGPD, devendo ser observados suas permissões, vedações, compartilhamento e comunicação.
7.3.1.6. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais obtidos através da prestação dos serviços, e sob instruções e na medida do determinado pela

contratante, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.
7.3.2. CONTRATADA e CONTRATANTE atuarão em conjunto no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;
7.3.3. O "Encarregado" ou "DPO" da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
7.3.4. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.
7.3.5. Em relação ao cumprimento de obrigações referentes a LGPD, a CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE atuarão em conjunto para que os direitos dos titulares possam ser exercidos.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

8.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. A extinção do presente Termo de Contrato nos termos do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021 poderá ocorrer:
9.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
9.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
9.1.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
9.2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia ampla defesa e ao contraditório, nos termos do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes situações:
9.2.1. o não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
9.2.2. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
9.2.3. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
9.2.4. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
9.2.5. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
9.2.6. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
9.2.7. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas área;
9.2.8. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
9.2.9. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz

9.3. A contratada poderá solicitar a extinção dos contratos conforme disposição contida no artigo 137, §2º da mesma lei.
9.4. A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do artigo 147 da mesma Lei e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos, nos termos do artigo 148 da Lei nº 14.133/2021.
9.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE prevista no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.
9.6. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
9.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
9.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
9.6.3. Indenizações e multas.

10. CLAUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1. O licitante ou contratada se responsabiliza administrativamente pelas ocorrências das infrações dispostas no artigo 155, caput e seus incisos da Lei nº 14.133/2021 e pelo que dispõe o Decreto Municipal nº 6.097, de 29 de novembro de 2021, quando:
10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado
10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as sanções, de acordo com o artigo 156 e seus parágrafos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 6.097, de 29 de novembro de 2021, as quais seguem:
10.2.1. Advertência;
10.2.2. Multa;
10.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública de Pindamonhangaba, direta e indireta, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;
10.2.5. A sanção prevista no item 8.2.4 observará o devido processo legal, respeitando o contraditório e a ampla defesa, observado no que couber , o artigo 156, §6º, observados os prazos e condições do artigo 57 a 161, todos da Lei 14.133/2021.
10.2.5.1. Advertência;
10.2.5.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
10.2.5.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;
10.2.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
10.3. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que mesma fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis,

contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.
10.4. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
10.5. A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
10.6. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. Os direitos e as responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta avença e do regime de Direito Público a que a mesma está submetida, na forma da legislação de regência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO

12.1. A gestão do presente contrato será realizada pela **Secretaria Municipal de XXXX**, tendo como responsável o(a) Sr(a). **XXXXXX.**

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

13.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato**.**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal indicado pela Secretaria Gestora nos autos do processo, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021 ou pelos respetivos substitutos.
14.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato em conformidade com o artigo 120 da Lei 14.133/2021.
14.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Caberá a CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP e divulgá-lo em seu sítio eletrônico oficial.
15.2. A divulgação do contrato no PNCP deverá observar o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, como condição de eficácia do negócio jurídico.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

16.1. O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 14.133/2021, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.
16.2. Os casos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o foro da CONTRATANTE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para toda e qualquer ação oriunda do presente contrato e que não possa ser resolvida de comum acordo entre as mesmas, conforme artigo 92, §1º da Lei 14.133/2021.
17.2 E, por assim estarem justas e contratadas as partes, mutuamente obrigadas, assinam digitalmente o presente instrumento contratual, conforme MP nº 2.200 de 24 de agosto de 2001, em igual teor e forma, para todos os fins de direito

Pindamonhangaba, ... de ... de 2024

XXXXXXXX
Secretária(o) Municipal

XXXXXX
Pessoa Jurídica

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1) INDICAÇÃO DO OBJETO:

Aquisição de 3 (três) Equipamentos de Pintura para Demarcação/Sinalização Viária Horizontal, com montagem do equipamento sobre os caminhões de pequeno porte, adquiridos pelo Município de Pindamonhangaba - SP .

1.1) FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição dos equipamento para instalação nos caminhões para sinalização viária horizontal para atender ao Departamento de Trânsito e Mobilidade da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de Pindamonhangaba/SP, para tanto informamos que os caminhões serão utilizados para os trabalhos de implantação e manutenção da sinalização vária horizontal.

O Departamento de Transito tem uma demanda muito alta de serviço de sinalização para implantação e revitalização de pintura, que são solicitadas diretamente pelos munícipes, de requerimentos do legislativo e dos projetos do próprio departamento, visto que município possui um total 12.000 km de vias.

A referida aquisição se faz necessária, para tornar o trabalho mais ágil e ao mesmo tempo, facilitar o trabalho dos funcionários do setor de Sinalização, visto que hoje o Município possui um veículo de grande porte, que está em fase de substituição, sendo o restando do serviço feito todo manualmente, o que além de gastar mais tempo para a execução, causa também um maior desgaste dos funcionários aumentando a número de afastamentos médico por motivo de saúde.

O trabalho de implantação e revitalização da sinalização viária é contínuo, para garantir a segurança viária de pedestres, ciclistas e motoristas, a execução e manutenção de sinalização viária é requisito essencial e obrigatório para a segurança no trânsito nos municípios, contribuindo para diminuição dos índices de acidentes de trânsito.

A contratação se justifica face ao interesse público, visto que a sinalização viária desempenha um papel crucial na promoção da segurança e ordenação do trânsito, fornecendo informações claras e precisas aos condutores, pedestres e demais usuários. Alguns pontos-chave que justificam essa contratação:

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

● **Respaldo legal:** A sinalização viária encontra respaldo no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), que estabelece diretrizes e normas para o trânsito, visando garantir a segurança viária e a fluidez do tráfego.

● **Segurança e orientação:** A sinalização é indispensável para o ordenamento do tráfego e redução de acidentes, orientando motoristas e pedestres no uso das vias urbanas.

● **Mobilidade urbana:** Como infraestrutura da mobilidade, a sinalização ordena e integra o sistema viário, otimizando o deslocamento com rapidez, fluidez e acessibilidade.

● **Manutenção contínua:** Devido à expansão do município e desgaste natural, é necessária uma atenção especial à manutenção da sinalização, repondo placas danificadas ou extraviadas.

Portanto, a contratação de materiais de sinalização viária é essencial para garantir a segurança, orientação e fluidez do trânsito no município, atendendo às necessidades da população e respeitando a legislação vigente

1.2) ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor total estimado: R$ 1.071.000,00

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	UN	VALOR ESTIMADO	
				UNITÁRIO	TOTAL
0001	2.020.006.00025951 EQUIPAMENTO DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	3,0000	UN	357.000,0000	1.071.000,00
	ESPECIFICAÇÃO: Equipamento de pintura de sinalização viária, novo, sem uso anterior, construído respeitando as normas técnicas vigentes, com as seguintes especificações mínimas: 02 Reservatórios em aço inox , no mínimo, 130 (cento e trinta) litros cada, pressurizado, com certificado NR-13, com todos os dispositivos de segurança; com Agitadores com acionamento hidráulico individual para cada tanque; com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem; 01 Reservatório auxiliar em aço galvanizado a fogo, pressurizado, com todos os dispositivos de segurança; com capacidade de, no mínimo, 40 (quarenta) litros; com certificado NR-13, com agitadores manuais em aço inox e peneira; 01 Tanque pressurizado com capacidade de, no mínimo, 10 (dez) litros, com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta; 01 Reservatório pressurizado em aço inox , com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira; 01 Pulmão de ar em aço carbono compatível com o compressor; 03 Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de				

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

	atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm; 01 Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao aplicador, cujo peso não deverá exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas); 03 Aplicador (espalhador), ressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque; A) 1 (um) Programador de Cadencias , com medidas variáveis, ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente.Com tecnologia Smart Stop : Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar; Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas. E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador). Segue especificação do programador de cadencias: Programação: 1 pistola; Visores: 2 (45x23mm); Delay: elétrica; Frequência de Operação: 60 mhz; Frequência carga resistiva: 10 mhz; Frequência Carga Indutiva: 10 mhz; Tempo de ciclo: >0,1m/s (40 mhz); Entrada e Saída: 35 I/OS, todas rápidas(acima de 5khz); Encoder: Em aço galvanizado, pintura epóxi; Pulsos por ciclo: 40; Medidas Fixas: 10; Sensores: Óticos (PNP Superior a 4mm); Contador de alta precisão: 16 bits e 32 bits para cálculos; Resolução: Inferior a 1 segundo. 01 Motor estacionário de, 27HP DIESEL, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o Compressor de ar referido abaixo; 01 Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martelete pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas; 01 Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts; 01 Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidráulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador; 02 Conjunto (entrada e saída de ar) de reguladores de ar – Manômetro padrão analógico compatível com o compressor; 02 Válvula de segurança compatível com o compressor; 01 Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 (dez) metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm; 01 Mangueira de ar de, no mínimo, 10 (dez) metros, com espessura mínima de 1,5 mm; 01 Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 (quarenta) litros; 01 Bomba hidráulica compatível com a necessidade do sistema para o bom funcionamento do sistema; 01 Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020; 01 Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones.				
			TOTAL:	**1.071.000,00**	

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme Decreto Municipal nº 6.545, de 28 de dezembro de 2023.

Quanto aos requisitos para contratação da empresa, temos:
a) A escolha da empresa será realizada através da modalidade pregão, tendo em vista que se trata de objeto de natureza comum;
b) O critério de julgamento da proposta será o de menor preço global;
c) Deverão ser respeitados os requisitos de habilitação constante no Edital

2) ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO EQUIPAMENTO DE PINTURA:

Não foi encontrado o objeto desta contratação no catálogo eletrônico de padronização (https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados).

Equipamento de pintura de sinalização viária, deverá ser totalmente novo e com as devidas garantias, com montagem do equipamento sobre caminhão de pequeno porte de propriedade da Município de Pindamonhangaba, com as seguintes especificações mínimas:

2.1) 02 unidades - Reservatórios em aço inox , no mínimo, 130 (cento e trinta) litros cada, pressurizado, com certificado NR-13, com todos os dispositivos de segurança; com Agitadores com acionamento hidráulico individual para cada tanque; com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem;

2.2) 01 unidade - Reservatório auxiliar em aço galvanizado a fogo, pressurizado, com todos os dispositivos de segurança; com capacidade de, no mínimo, 40 (quarenta) litros; com certificado NR-13, com agitadores manuais em aço inox e peneira;

2.3) 01 unidade - Tanque pressurizado com capacidade de, no mínimo, 10 (dez) litros, com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta;

2.4) 01 unidade - Reservatório pressurizado em aço inox , com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira;

2.5) 01 unidade - Pulmão de ar em aço carbono compatível com o compressor;

2.6) 03 unidades - Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm;

2.7) 01 unidade - Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em maquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao aplicador, cujo peso não deverá exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas);

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

2.8) 03 unidade - Aplicador (espalhador), ressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque;

A) 1 (um) Programador de Cadencias , com medidas variáveis,ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente.Com tecnologia Smart Stop : Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar;Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas. E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador).

Segue especificação do programador de cadencias:

- Programação: 1 pistola;
- Visores: 2 (45x23mm);
- Delay: elétrica;
- Frequência de Operação: 60 mhz;
- Frequência carga resistiva: 10 mhz;
- Frequência Carga Indutiva: 10 mhz;
- Tempo de ciclo: >0,1m/s (40 mhz);
- Entrada e Saída: 35 I/OS, todas rápidas(acima de 5khz);
- Encoder: Em aço galvanizado, pintura epóxi;
- Pulsos por ciclo: 40; Medidas Fixas: 10;
- Sensores: Óticos (PNP Superior a 4mm);
- Contador de alta precisão: 16 bits e 32 bits para cálculos;
- Resolução: Inferior a 1 segundo.

2.9) 01 unidade - Motor estacionário de, 27HP DIESEL, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o Compressor de ar referido abaixo;

2.10) 01 unidade - Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martelete pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas;

2.11) 01 unidade - Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts;

2.12) 01 unidade - Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidraulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador;
2.13) 02 unidade - Conjunto (entrada e saída de ar) de reguladores de ar – Manômetro padrão analógico compatível com o compressor; 02 Válvula de segurança compatível com o compressor;

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

2.14) 01 unidade - Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 (dez) metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm;

2.15) 01 unidade - Mangueira de ar de, no mínimo, 10 (dez) metros, com espessura mínima de 1,5 mm;

2.16) 01 unidade - Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 (quarenta) litros; 01 Bomba hidráulica compatível com a necessidade do sistema para o bom funcionamento do sistema;

2.17) 01 unidade - Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020;

2.18) 01 unidade - Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones.

3) REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS

3.1) A proposta da licitante arrematante deverá estar acompanhada dos Catálogos, Folders, Manuais, etc. do fabricante do equipamento ofertado, para verificação e comprovação de atendimento às especificações técnicas solicitadas neste Termo de Referência, considerando que sua não apresentação será objeto de desclassificação.

3.2) A Equipe Técnica terá o prazo de até 48h para analisar os Catálogos, Folders, Manuais, etc. do fabricante do equipamento ofertado, conforme descrito no item 3.1.

3.3) A Contratada deverá realizar treinamentos (teórico e prático), na cidade de Pindamonhangaba/SP, para manuseio do equipamento para aproximadamente 27 (vinte e sete) colaboradores.

3.4) O treinamento é destinado aos funcionários do Departamento Departamento de Operações, para o conhecimento dos recursos do Equipamento de Pintura para Demarcação Viária Horizontal, melhor forma de manuseio e cuidados na operação, visando garantir a sua utilização correta;

3.5) A carga horária suficiente para o treinamento deverá ser definida pela Contratada, porém, com a concordância da Contratante, no entanto, não poderá ser inferior a 20 (vinte) horas (programação para duas turmas), e deve ser suficiente para que todos os colaboradores treinados consigam entender e manusear o Equipamento fornecido de forma satisfatória e livres de quaisquer dúvidas;

3.6) As datas dos treinamentos serão definidas pela Contratante e deverão ser ministrados no prazo de até 02 (dois) dias após o aceite do Equipamento, serão realizados em dias úteis, nos horários entre 07h00 e 16h00;

3.7) Ao final dos treinamentos a Contratada deverá emitir por meio de formulário, uma avaliação a fim de averiguar o grau de aprendizado e retenção de conhecimento dos participantes, e, a apuração destes índices não pode ser inferior a 70% (setenta por cento) de aproveitamento, sendo que, no caso de aproveitamento inferior ao informado, o treinamento deverá ser aplicado novamente aos reprovados, até que atinja o aproveitamento informado;

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

3.8) Após a realização dos treinamentos, a Contratante aplicará aos participantes uma avaliação de reação, a fim de averiguar o grau de satisfação em relação aos instrutores, conteúdo programático, recursos utilizados, tempo de treinamento. Posteriormente será encaminhado o relatório para ciência da Contratada;

3.9) Todo o material necessário para o desenvolvimento dos treinamentos deverá ser fornecido pela Contratada. Para o treinamento prático será utilizado o Equipamento objeto desta contratação;

3.10) A Contratante não se responsabilizará por alimentação, transporte, hospedagem e quaisquer outras despesas dos instrutores da Contratada para a execução dos treinamentos;

3.11) A Contratada deverá emitir em até 30 (trinta) dia corridos, Certificados referentes aos treinamentos solicitados a todos os participantes, de forma impressa, contendo logo e nome da empresa que realizou o treinamento, título do treinamento, data e carga horária, conteúdo programático, nome do colaborador e assinatura dos responsáveis, para os colaboradores a serem definidos pela Contratante.

4) ENTREGAS:

4.1) LOCAL: Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - Departamento de Trânsito e Mobilidade (SEMOB/DTM) - Endereço: Rua José Anéas Rodrigues, nº 215 - Nossa Srª. do Perpétuo Socorro, Pindamonhangaba/SP, Telefone: (12) 3648-4813, das 08h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min, ou em outro local a ser definido pela SEMOB/DTM.

4.2) PRAZOS DE ENTREGA: A Contratada deverá entregar o equipamento de pintura e seus acessórios em até 60 (sessenta) dias após o recebimento da AF (Autorização de Fornecimento).

5) CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.1) O equipamento será conferido por um Colaborador da SEMOB/DTM em até 10 (dez) dias corridos após a realização da montagem sobre o caminhão;

5.2) A montagem do equipamento será totalmente sob a responsabilidade da Contratada;
5.3) A Contratante entregará o caminhão para montagem do equipamento até um raio de 200km de sua Sede. Caso a sede da Contratada for superior a essa distância, os custos do transporte serão por conta da Contratada.

5.4) Caso haja alguma inconformidade, a Contratante informará a Contratada sobre a não conformidade do equipamento quanto ao termo de referência através de comunicação por e-mail.

5.5) No caso exposto do item 6.2, a Contratada terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos para solucionar o problema.

6) CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO (MÉTODOS, ESTRATÉGIAS E PRAZOS DE EXECUÇÃO E GARANTIA);

6.1) O Equipamento de Pintura para Demarcação Viária Horizontal deverá possuir garantia de 12 (doze) meses contra defeitos de funcionamento. Esta será contada após a aprovação do equipamento pelo Gestor do Contrato.

6.2) Pelo período da Garantia, 12 (doze) meses, a Contratada deverá realizar Assistência Técnica, bem como a reposição de peças que porventura apresentem defeitos ou mal funcionamento de fabricação, de qualquer

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

natureza do Equipamento, sem qualquer custo à Contratada. Esta Assistência deverá ser realizada em até 10 (dez) dias corridos da comunicação por e-mail da Contratante para a Contratada.

6.3) Fica sob a responsabilidade da empresa Contratada transformadora do veículo, a legalização deste junto ao Ciretran e/ou Inmetro;

7) DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução como um todo contempla a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, para a aquisição de 3 (três) equipamentos de pintura de sinalização viária, deverá ser totalmente novo e com as devidas garantias, com montagem do equipamento sobre caminhão de pequeno porte de propriedade da Município de Pindamonhangaba, com as seguintes especificações mínimas:

- 02 unidades - Reservatórios em aço inox , no mínimo, 130 (cento e trinta) litros cada, pressurizado, com certificado NR-13, com todos os dispositivos de segurança; com Agitadores com acionamento hidráulico individual para cada tanque; com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem;
- 01 unidade - Reservatório auxiliar em aço galvanizado a fogo, pressurizado, com todos os dispositivos de segurança; com capacidade de, no mínimo, 40 (quarenta) litros; com certificado NR-13, com agitadores manuais em aço inox e peneira;
- 01 unidade - Tanque pressurizado com capacidade de, no mínimo, 10 (dez) litros, com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta;
- 01 unidade - Reservatório pressurizado em aço inox , com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira;
- 01 unidade - Pulmão de ar em aço carbono compatível com o compressor;
- 03 unidades - Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm;
- 01 unidade - Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em maquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao aplicador, cujo peso não deverá exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas);
- 03 unidade - Aplicador (espalhador), ressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque;

  B) 1 (um) Programador de Cadencias , com medidas variáveis,ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente. Com tecnologia Smart Stop : Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar;Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas. E

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador).

Segue especificação do programador de cadencias:

- Programação: 1 pistola;
- Visores: 2 (45x23mm);
- Delay: elétrica;
- Frequência de Operação: 60 mhz;
- Frequência carga resistiva: 10 mhz;
- Frequência Carga Indutiva: 10 mhz;
- Tempo de ciclo: >0,1m/s (40 mhz);
- Entrada e Saída: 35 I/OS, todas rápidas(acima de 5khz);
- Encoder: Em aço galvanizado, pintura epóxi;
- Pulsos por ciclo: 40; Medidas Fixas: 10;
- Sensores: Óticos (PNP Superior a 4mm);
- Contador de alta precisão: 16 bits e 32 bits para cálculos;
- Resolução: Inferior a 1 segundo.

- 01 unidade - Motor estacionário de, 27HP DIESEL, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o Compressor de ar referido abaixo;
- 01 unidade - Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martelete pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas;
- 01 unidade - Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts;
- 01 unidade - Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidraulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador;
- 02 unidade - Conjunto (entrada e saída de ar) de reguladores de ar – Manômetro padrão analógico compatível com o compressor; 02 Válvula de segurança compatível com o compressor;
- 01 unidade - Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 (dez) metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm;
- 01 unidade - Mangueira de ar de, no mínimo, 10 (dez) metros, com espessura mínima de 1,5 mm;
- 01 unidade - Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 (quarenta) litros; 01 Bomba hidráulica compatível com a necessidade do sistema para o bom funcionamento do sistema;
- 01 unidade - Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020;
- 01 unidade - Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones.

8) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

A apresentação das propostas implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital.

Declaração da empresa: Que sendo vencedora do certame apresentará em até 48 (quarenta e oito) horas os seguintes documentos:

8.1) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de domínio público comprovando que o licitante realizou fornecimento pertinente e compatível com o objeto licitado.

8.2) Apresentar comprovação de disponibilidade de engenheiro mecânico regularmente inscrito no CREA pertinente a engenharia mecânica mediante certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de regularidade perante o órgão, com vínculo comprovado mediante apresentação de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou contrato social com o fabricante.

8.3) Apresentar homologação de empresa e certificação (Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito– CAT 145) para Carroceria Aberta/ Mecânismo Operacional.

8.4) Apresentar CCT (Certificado de Capacitação técnica) com data vigente

8.5) Justifica-se a exigência de qualificação técnica para atender a RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 916, DE 28 DE MARÇO DE 2022, que regulamenta a modificação/transformação de um veículo:

> *Art. 2º Todos os veículos fabricados, montados e encarroçados, nacionais ou importados, **devem possuir código de marca/modelo/versão específico, o qual deve ser concedido conjuntamente à emissão, pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT)**.*

9) POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

9.1) Na produção dos itens devem ser observadas as exigências sociais, ambientais e economicas para que estejam em conformidade com a legislação vigentes

9.2) Durante o fornecimento do objeto são gerados resíduos sólidos que devem ser separados e destinados corretamente para a coleta seletiva, a fim de que as embalagens primárias e secundárias não contaminem o meio ambiente.

9.3) O consumo dos itens deve ser realizado de forma consciente para evitar desperdícios.

10) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1) A Nota Fiscal de Faturamento deverá ser emitida somente após a autorização do Gestor Contratual, a qual ser dará por email quando for realizada a conferência e a aprovação do Equipamento.

10.2) O pagamento deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados do aceite da Nota Fiscal.

11) DA DOTAÇÃO

A despesa prevista para a execução desta contratação correrá pela classificação orçamentária:

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

Ficha(s) 1253 - 01.20.60 | 26.782.0016.2105 |93 |4.4.90.52.99|410.0000

12) MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3) As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4) O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

12.6) O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

12.7) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

12.8) Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.9) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

12.10) Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação do Contratado quanto a sua regularidade fiscal.

13) MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO.

13.1 Os serviços serão executados de acordo com as especificações deste Termo de Referência, nas seguintes condições:

a) LOCAL: Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - Departamento de Trânsito e Mobilidade (SEMOB/DTM) - Endereço: Rua José Anéas Rodrigues, nº 215 - Nossa Srª. do Perpétuo Socorro, Pindamonhangaba/SP ou em outro local a ser definido pela SEMOB/DTM.

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

b) Prazo: A Contratada deverá entregar o equipamento de pintura e seus acessórios em até 60 (sessenta) dias após o recebimento da AF (Autorização de Fornecimento).

13.2 Os serviços ou produtos serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o prestador, o início da divulgação far-se-á após autorização prévia do Departamento ou Secretaria solicitante.

13.3 Admitida a conformidade quantitativa e qualitativa, os serviços/produtos serão recebidos definitivamente, mediante "atesto" na Nota Fiscal/Fatura, com a consequente aceitação do objeto.

13.4 Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos serviços o u do fornecimento, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Pindamonhangaba - SP, devendo prestador reexecutá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

13.5 Caso atrase na execução dos serviços ou se recuse a realizar a reexecução, o prestador estará sujeito a sanções administrativas, sendo que a reexecução dos serviços passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira execução.

13.6 Caberá ao prestador arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com transporte, locomoção, estadia, tributos, frete, seguro etc. incidentes na execução dos serviços.

13.7 A Prefeitura do Município de Pindamonhangaba reserva-se ao direito de impugnar os serviços prestados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

13.8 Na execução dos serviços, somente será permitido o uso de material novo e emprego de profissionais capacitados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, serviço parcial, incompleto, defeituoso e/ou fora do padrão esperado.

14) VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência do Contrato a ser firmado com a Proponente Vencedora será de 12 (doze) meses, contados a partir da data do Contrato.

Pindamonhangaba, 05 de maio de 2025.

Luciana Viana
Diretora de Trânsito e Mobilidade

José Vidal de Souza França Filho
Secretário de Mobilidade e Trânsito

Assinado por 1 pessoa: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/1E52-DC2C-2B74-655F e informe o código 1E52-DC2C-2B74-655F

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a análise da viabilidade técnica e econômica para a aquisição de 3 (três) Equipamentos de Pintura para Demarcação/Sinalização Viária Horizontal, com montagem do equipamento sobre os caminhões de pequeno porte, adquiridos pelo Município de Pindamonhangaba- SP .

Considerando a criação recente da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, criada pelo LEI ORDINÁRIA N.º 6887 de 14 de janeiro de 2025, e a impossibilidade de previsão no PCA vigente, justifica-se a necessidade de contratação emergencial de curso de formação para agentes de trânsito. A capacitação é indispensável para que os servidores exerçam suas atribuições com segurança jurídica e eficiência, evitando riscos à gestão do trânsito municipal. Diante da urgência e do interesse público, solicita-se a autorização para contratação. Ressalta-se que a medida não gerará desequilíbrio orçamentário, e as contratações futuras serão devidamente planejadas no PCA do próximo exercício.

2. DAS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

Lei Federal nº 4.133/2021;

Decreto nº 6.545/2023;

Lei nº 9.503/1997;

Resolução Contran nº 973/2022.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Aquisição dos equipamento para instalação nos caminhões para sinalização viária horizontal para atender ao Departamento de Trânsito e Mobilidade da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito de Pindamonhangaba/SP, para tanto informamos que os caminhões

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

serão utilizados para os trabalhos de implantação e manutenção da sinalização vária horizontal.

O Departamento de Transito tem uma demanda muito alta de serviço de sinalização para implantação e revitalização de pintura, que são solicitadas diretamente pelos munícipes, de requerimentos do legislativo e dos projetos do próprio departamento, visto que município possui um total 12.000 km de vias.

A referida aquisição se faz necessária, para tornar o trabalho mais ágil e ao mesmo tempo, facilitar o trabalho dos funcionários do setor de Sinalização, visto que hoje o Município possui um veículo de grande porte, que está em fase de substituição, sendo o restando do serviço feito todo manualmente, o que além de gastar mais tempo para a execução, causa também um maior desgaste dos funcionários aumentando a número de afastamentos médico por motivo de saúde.

O trabalho de implantação e revitalização da sinalização viária é contínuo, para garantir a segurança viária de pedestres, ciclistas e motoristas, conforme Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 973, DE 18 DE JULHO DE 2022, a execução e manutenção de sinalização viária é requisito essencial e obrigatório para a segurança no trânsito nos municípios, contribuindo para diminuição dos índices de acidentes de trânsito.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPOE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O Município de Pindamonhangaba, com o intuito de manter a prestação de serviços ao público e seguindo com a eficiência de nossos trabalhos, através do Departamento de Trânsito e Mobilidade / Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, apresenta o seguinte estudo das possibilidades para atendimento a nossas necessidades.

1ª Solução: Análise da possibilidade de locação do caminhão para atendimento a nossas necessidades, a solução atende parcialmente a demanda, na medida que a locação nesse caso é algo viável a curto prazo, no caso em tela, é necessário que tenhamos o bem a fim de que seja usufruído permanentemente.

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

2ª Solução: Análise da possibilidade de aquisição do equipamento, através de procedimento licitatório, para atendimento a nossas necessidades, a solução atende à demanda, na medida que o bem adquirido passará a fazer parte de nosso patrimônio imobilizado, o que garante o uso do mesmo por um tempo significativo.

Em busca às alternativas diversas existentes no mercado, e após analise de todas as possibilidades de aquisição para a melhoria ao atendimento da comunidade local, e levando em considerações as contratações similares feitas por outros órgãos, não foram identificado melhor solução para que atenda aos interesses e necessidadesda Administração senão a Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamento de sinalização viária para caminhão de pintura, por meio de procedimento competitivo pela modalidade Pregão, considerando o item listado pela secretaria demandante, conforme as especificações técnicas pertinentes.

O procedimento licitatório será realizado na modalidade pregão abertura da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, a fim de obter propostas e lances mais vantajosos.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo contempla a realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão, para a aquisição de 3 (três) equipamentos de pintura de sinalização viária, deverá ser totalmente novo e com as devidas garantias, com montagem do equipamento sobre caminhão de pequeno porte de propriedade da Município de Pindamonhangaba, com as seguintes especificações mínimas:

- 02 unidades - Reservatórios em aço inox , no mínimo, 130 (cento e trinta) litros cada, pressurizado, com certificado NR-13, com todos os dispositivos de segurança; com Agitadores com acionamento hidráulico individual para cada tanque; com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem;

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

- 01 unidade - Reservatório auxiliar em aço galvanizado a fogo, pressurizado, com todos os dispositivos de segurança; com capacidade de, no mínimo, 40 (quarenta) litros; com certificado NR-13, com agitadores manuais em aço inox e peneira;
- 01 unidade - Tanque pressurizado com capacidade de, no mínimo, 10 (dez) litros, com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta;
- 01 unidade - Reservatório pressurizado em aço inox , com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira;
- 01 unidade - Pulmão de ar em aço carbono compatível com o compressor;
- 03 unidades - Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm;
- 01 unidade - Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em maquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao aplicador, cujo peso não deverá exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas);
- 03 unidade - Aplicador (espalhador), ressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque;

  A) 1 (um) Programador de Cadencias , com medidas variáveis,ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

manualmente.Com tecnologia Smart Stop : Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar;Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas. E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador).

Segue especificação do programador de cadencias:

- ◆Programação: 1 pistola;
- ◆Visores: 2 (45x23mm);
- ◆Delay: elétrica;
- ◆Frequência de Operação: 60 mhz;
- ◆Frequência carga resistiva: 10 mhz;
- ◆Frequência Carga Indutiva: 10 mhz;
- ◆Tempo de ciclo: >0,1m/s (40 mhz);
- ◆Entrada e Saída: 35 I/OS, todas rápidas(acima de 5khz);
- ◆Encoder: Em aço galvanizado, pintura epóxi;
- ◆Pulsos por ciclo: 40; Medidas Fixas: 10;
- ◆Sensores: Óticos (PNP Superior a 4mm);
- ◆Contador de alta precisão: 16 bits e 32 bits para cálculos;
- ◆Resolução: Inferior a 1 segundo.

- 01 unidade - Motor estacionário de, 27HP DIESEL, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o Compressor de ar referido abaixo;
- 01 unidade - Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martelete pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas;

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

- 01 unidade - Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts;
- 01 unidade - Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidraulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador;
- 02 unidade - Conjunto (entrada e saída de ar) de reguladores de ar – Manômetro padrão analógico compatível com o compressor; 02 Válvula de segurança compatível com o compressor;
- 01 unidade - Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 (dez) metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm;
- 01 unidade - Mangueira de ar de, no mínimo, 10 (dez) metros, com espessura mínima de 1,5 mm;

- 01 unidade - Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 (quarenta) litros; 01 Bomba hidráulica compatível com a necessidade do sistema para o bom funcionamento do sistema;
- 01 unidade - Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020;
- 01 unidade - Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando a natureza do serviço, não haverá parcelamento da solução,

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades programadas para a atual contratação levou em consideração a necessidade da Secretaria e melhor atender o Departamento de Trânsito e Mobilidade nos trabalhos de sinalização viária, na implantação e manutenção da sinalização vária vertical.

O Departamento de Trânsito possui 4 equipes de sinalização, sendo uma delas realizando o trabalho de pintura por método mecânico e o restante manual.

Em levantamento realizado pela equipe, verificou-se que um funcionário realizando a pintura manual, rende em média 20m2/h de pintura, totalizando 60m2/h contando que cada equipe conta com 3 funcionários.

Conforme dados do MANUAL DE CUSTOS RODOVIÁRIOS do DNIT, a mesma pintura realizado com a máquina de pintura rende de 200 a 175m2/h, ou seja, a implementação do equipamento aumentará a eficiente da equipe em 191%. Por isso, foi definido a quantitativo de 3 equipamento, para automatizar as 3 equipes e assim, tornar mais rápido e eficiente o trabalho, afim de diminuir a demanda reprimida de quase 1.200 solicitações de sinalização.

A produção da máquina de pintura pode ser obtida pela fórmula:

$$P = (60 \times b \times i) / (c \times s)$$

onde:

b = capacidade do depósito de tinta

i = fator de eficiência

c = consumo de tinta por m^2 de pintura efetivamente aplicada.

s = tempo de ciclo da máquina, incluindo seu abastecimento e a pintura propriamente dita.

Foram tomadas as seguintes produções, consideradas representativas para as composições feitas:

Tipos de Serviços			Produção em m^2/h
Pintura de faixa 0,10m	- Tinta alquídica	- 1 ano	200
Pintura de faixa 0,10m	- Tinta acrílica	- 2 anos	175
Pintura de faixa 0,10m	- Termoplástico	- 3 anos	125
Pintura de setas e zebrado	- Tinta alquídica	- 1 ano	40
Pintura de setas e zebrado	- Tinta acrílica	- 2 anos	40
Pintura de setas e zebrado	- Termoplástico	- 3 anos	25

Brasil, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Diretoria Geral.
Manual de custos rodoviários. 3. ed. - Rio de Janeiro, 2003.
7 v. em 13. v.6: Composições de custos unitários de referência;
obras de sinalização rodoviária.
1. Rodovias - Construções - Estimativa e custo.
I. Título.

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

CDD 625.7204

8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O plano de contratação anual da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, está sendo elaborado, porém a contratação alinha-se com o planejamento da SEMOB/DTM, elaborado através da análise das necessidades, atualizados com as projetos a serem desenvolvidos futuramente.

A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições conforme Lei nº 14.133/2021 e correrão por conta das dotações próprias.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O objeto da presente aquisição pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado. Dessa forma, entendemos que possa ser classificado como “bem comum” e, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico.

10.DO PRAZO, LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO

10.1. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

10.1.1. O prazo para entrega do veículo será de até 60 (sessenta) dias contados a partirdo recebimento da nota de empenho.

10.1.2. Os veículos deverão ser retirados e após a implantação do equipamento, devolvidos na Secretaria de Municipal de Mobilidade e Trânsito / Departamento de Trânsito e Mobilidade, sito a Rua José Aneas Rodrigues, nº 215, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Pindamonhangaba - SP das 08h00min às 11h00min e das14h00min às 16h00min ou em outro local pré-determinado,

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

conforme ordem de fornecimento expedido pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito/ Departamento de Trânsito e Mobilidade.

10.1.3. O pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcionale sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela CONTRATADA.

10.1.4. Os custos decorrentes de quaisquer adaptações ou alterações, que tenham que ser executadas após a entrega, correrão por conta da empresa contratada.

11.. DO PREÇO

No preço, deverão estar inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto, inclusive o frete, a carga e a descarga, que correrão por conta e risco da Contratada.

12. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO

12.1.1- O recebimento provisório dar-se-á no local designado no item 6.1;

12.1.2 - Após a conferência do veículo e seus equipamentos, se constatado o fornecimento em desacordo com o solicitado deste Termo de Referência, incompleto ou divergente daquele ofertado, com vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, estará a Contratada obrigada a corrigir o defeito constatado ou substituir o material no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

12.1.3 - A forma de recebimento do material será de acordo com os artigo 140; da Lei nº 14.133/2021.

13. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

13.2.1 - O recebimento definitivo dar-se-á após o recebimento provisório, consistindo na comparação das especificações do material, de seus manuais e de sua nota fiscal com o constante no item 4, deste documento;

13.2.2 - Será devolvido o bem caso não atenda as especificações exigidas neste Termo de Referência;

13.2.3 - O recebimento definitivo completar-se-á após o ateste de servidor ou comissão encarregada da fiscalização do contrato no verso da Nota Fiscal.

14. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

14.1 - O veículo e equipamento a serem fornecidos deverão estar acompanhados de seus respectivos certificados, manuais e condições de garantia;

14.2 - Fica sob a responsabilidade da empresa Contratada, transformadora do veículo, a legalização deste junto ao Ciretran e/ou Inmetro, caso seja necessário;

14.3 - Será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, de bom desempenho anterior em fornecimentos da mesma natureza e porte. Os atestados deverão conter a especificação do tipo de serviço e outros dados característicos dos fornecimentos prestados.

15. DA GARANTIA

A garantia, incluindo veículo, equipamentos, acessórios e demais complementos, deve ser, de no mínimo de 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem/horas trabalhadas, sendo compreendida pela assistência técnica gratuita, incluindo mão-de-obra, reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, iniciando-se a contagem a partir da data de emissão da nota fiscal e esta administração se reserva o direito de efetuar eventuais reclamações em garantia diretamente à montadora ou ao seu representante que se reportará, se for o caso, ao fabricante dos componentes.

16.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

São obrigações da Contratante:

- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

- O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

- comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato será realizada pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, que irá avaliar a execução do objetivo do contrato nos moldes contratados da seguinte forma:

- Aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços/materiais estão compatíveis com os as especificações e prazos estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado;
- Acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços nos contratos;
- Realizar atos preparatórios à instrução processual, como o encaminhamento da documentação para formalização de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções e extinção dos contratos;
- Encaminhamento à hierarquia superior quando houver necessidade de dirimir questões não previstas nos documentos que balizam a contratação.

19.PRAZO CONTRATO

O período de vigência do contrato decorrente da licitação será de até 12 (Doze) meses, contados a partir da data de assinatura do termo de contrato.

20.SANÇÕES

As sanções administrativas aos licitantes e contratados estão previstas essencialmente no Capítulo VII do Decreto 6.545, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2023.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO	QUANTIDADE	UN	VALOR ESTIMADO

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

	MATERIAL			UNITÁRIO	TOTAL
0001	2.020.006.00025951 EQUIPAMENTO DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	3,0000	UN	357.000,00	1.071.000,00
			TOTAL:		**1.071.000,00**

As estimativas dos preços serão obtidas através de pesquisa com fornecedores, sendo o valor médio encontrado de R$ 1.071.000,00.

Conforme relatório de pesquisa de preços.

22. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A Contratação que aqui se estuda, não demandará contratações correlatas e/ou interdependentes.

23. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAL OU FINANCEIRO DISPONÍVEIS.

- Aumentar a eficiência do da equipe de sinalização;
- Diminuir a demanda reprimida de trabalhos que hoje está em torno de 1.200 solicitações;
- A contratação trará uma maior agilidade nos atendimentos e manutenção da sinalização das vias do Município, consequentemente maior segurança e o bem-estar de toda a população.

24. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Na produção dos itens devem ser observadas as exigências sociais, ambientais e econômicas para que estejam em conformidade com a legislação vigentes

Durante o fornecimento do objeto são gerados resíduos sólidos que devem ser separados e destinados corretamente para a coleta seletiva, a fim de que as embalagens primárias e secundárias não contaminem o meio ambiente.

O consumo dos itens deve ser realizado de forma consciente para evitar desperdícios.

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

25. DO CUSTO ESTIMADO E DOTAÇÕES

O valor estimado totaliza a importância de R$ 1.071.000,00.

A estimativa de custos foi realizada pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito/ Departamento de Trânsito e Mobilidade de Pindamonhangaba em conformidade com a lei de licitações e normativas vigentes, e encontra-se detalhado no relatório de pesquisa de preços.

As despesas decorrentes da presente Licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

FICHA	1253	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.20 01.20.60 26 782 0016 2105 4.4.90.52.99 410.0000

26. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à soluçãode mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Departamento de Trânsito de Mobilidade / Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

Pindamonhangaba, 11 de abril de 2025.

Vanderson Luiz da Costa
Chefe de Divisão

Luciana Viana
Diretora de Trânsito e Mobilidade

José Vidal de Souza França Filho
Secretário de Mobilidade e Trânsito

Assinado por 2 pessoas: JOSE VIDAL DE SOUZA FRANCA FILHO e LUCIANA VIANA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://pindamonhangaba.1doc.com.br/verificacao/5C4F-0ADD-F7B8-9A48 e informe o código 5C4F-0ADD-F7B8-9A48

MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

Anexo IV
Proposta comercial

PC 009973/2025

Documento:		**IE:**					
Fornecedor:							
Endereço:							
Bairro:		**Cidade**			**UF:**		
CEP:		**Tel:**		**Email:**			

Forma de pagamento:			
Prazo de entrega:		**Validade:**	

Observação:

Comprador:	CASUTTANI - Chrisleide Aparecida Suttani

Lote: 1 - Lote 1 (Ampla disputa)

1	2.020.006.00025951	EQUIPAMENTO DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA descrição completa: especificação: Equipamento de pintura de sinalização viária, novo, sem uso anterior, construído respeitando as normas técnicas vigentes, com as seguintes especificações mínimas: 02 Reservatórios em aço inox , no mínimo, 130 (cento e trinta) litros cada, pressurizado, com certificado NR-13, com todos os dispositivos de segurança; com Agitadores com acionamento hidráulico individual para cada tanque; com tubulação independente que permita pintar com duas cores, na saída de tinta filtros para tinta que possibilite a limpeza sem a necessidade de desmontagem; 01 Reservatório auxiliar em aço galvanizado a fogo, pressurizado, com todos os dispositivos de segurança; com capacidade de, no mínimo, 40 (quarenta) litros; com certificado NR-13, com agitadores manuais em aço inox e peneira; 01 Tanque pressurizado com capacidade de, no mínimo, 10 (dez) litros, com todos os dispositivos de segurança, para Solvente, em aço carbono, destinado para limpeza automática das pistolas e encanamento de tinta; 01 Reservatório pressurizado em aço inox , com capacidade de, no mínimo, 120 (cento e vinte) kg; para Micro Esferas de Vidro; com saída apropriada para alimentar os espalhadores de microesfera de vidro, com válvulas de segurança, manômetros e bocal de alimentação com peneira; 01 Pulmão de ar em aço carbono compatível com o compressor; 03 Aplicador (pistola mecânica) de tinta especial para demarcação de faixas rodoviárias, contínuas ou seccionadas, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em latão e inox, com bico intercambiável em metal duro ou em RCC e tungstênio, controle pneumático de abertura e fechamento. O fluxo de ar de abertura de atomização e o de material de pintura deverão ser totalmente independentes, com largura de 0,10 cm a 0,30cm; 01 Aplicador (pistola manual) de tinta especial para demarcação de faixas de rodovias, ciclovias, lombadas, letras, zebrados, bordos, setas, símbolos e meio fio, desenhado para ser utilizado em máquinas ou caminhões. Aplicador fabricado em metal leve e tubulação em inox, bico em metal duro ou em RCC e tungstênio, cabo longo, no mínimo 550mm, desenvolvido para proporcionar comodidade e conforto ao aplicador, cujo peso não deverá exceder 1,2 kg (um quilo e duzentas gramas); 03 Aplicador (espalhador), ressurizado para aspersão de microesferas de vidro, em faixas continua ou		UN	3,0000		

		seccionadas, para utilização em máquinas ou veículos de sinalização viária. Deve possuir sistema especial de fechamento, que permite a carga de microesferas de vidro, por gravidade ou pressão, com bico para regulagem do leque; A) 1 (um) Programador de Cadencias , com medidas variáveis, ilimitadas podendo fazer qualquer medida tanto pintada quanto vazia e capaz de soltar os jatos de tintas na forma da regulagem, sem necessidade de um operador abrir ou fechar manualmente.Com tecnologia Smart Stop : Que desliga automaticamente a pistola quando o equipamento de demarcação para de se movimentar; Sempre que o sentido de deslocamento do equipamento é alterado, o programador identifica a mudança evitando que as configurações e medidas da pintura sejam alteradas. E também dá a opção de saber quantos metros lineares foram pintados no final do dia de trabalho (totalizador). Segue especificação do programador de cadencias: Programação: 1 pistola; Visores: 2 (45x23mm); Delay: elétrica; Frequência de Operação: 60 mhz; Frequência carga resistiva: 10 mhz; Frequência Carga Indutiva: 10 mhz; Tempo de ciclo: >0,1m/s (40 mhz); Entrada e Saída: 35 I/OS, todas rápidas(acima de 5khz); Encoder: Em aço galvanizado, pintura epóxi; Pulsos por ciclo: 40; Medidas Fixas: 10; Sensores: Óticos (PNP Superior a 4mm); Contador de alta precisão: 16 bits e 32 bits para cálculos; Resolução: Inferior a 1 segundo. 01 Motor estacionário de, 27HP DIESEL, que suporte trabalhos de pintura de 12 (doze) horas intercaladas, compatível com o Compressor de ar referido abaixo; 01 Compressor de ar de, no mínimo, 60 PCM, 3 (três) cilindros, pressão 120 (cento e vinte) libras/polegadas, estágio refrigerado a ar, baixa pressão, lubrificação por pescador, filtro de ar na admissão que permite a utilização de martelete pneumático para implantação de tachas e tachões, que permita também a utilização de soprador para limpeza das áreas a serem pintadas; 01 Estrutura em aço carbono para acomodação dos equipamentos, dotada de luz interna para iluminação dos tanques e pistola mecânica, porta cones na porta traseira da carroceria, compartimento fechado para guarda de ferramentas e porta gabaritos. Sinalização luminosa do tipo Giroflex traseira e dianteira com sistema elétrico 12 volts; 01 Carrinho mecânico hidráulico, no eixo em aço carbono, com volante hidráulico para direcionamento de 02 pistolas mecânica, e 02 espalhadores. Carrinho MANUAL no bordo para uma pistola mecânica e um espalhador; 02 Conjunto (entrada e saída de ar) de reguladores de ar – Manômetro padrão analógico compatível com o compressor; 02 Válvula de segurança compatível com o compressor; 01 Mangueira hidráulica R2 de tinta viária a base de solvente com comprimento mínimo de 10 (dez) metros e configurações mínimas de ½ x 2 mm; 01 Mangueira de ar de, no mínimo, 10 (dez) metros, com espessura mínima de 1,5 mm; 01 Tanque de óleo hidráulico com capacidade de 40 (quarenta) litros; 01 Bomba hidráulica compatível com a necessidade do sistema para o bom funcionamento do sistema; 01 Plataforma montada sobre o chassi com medidas mínimas de 2800mm x 1900mm x 2000mm de altura, montada com perfis tubos, chapas lisas e corrugadas para pisos, escada, todo material em aço 1010 x 1020, acabamento final em pintura epóxi eletrolítico na cor indicada pelo município, piso em chapa 1020; 01 Carroceria metálica com armário escada, tampão traseiro, tendo suporte traseiro retrátil para recolhimento de cones.					

Fornecedor